



PLANOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO

AVISO DE CONCURSO Nº

ALT20-06-2016-18

ALT20-16-2016-19

ALT20-43-2016-20

DOMÍNIO DA SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS
DOMÍNIO DA INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO

Aviso de Concurso para apresentação de Candidaturas

AVISO Nº

ALT20-06-2016-18

ALT20-16-2016-19

ALT20-43-2016-20

Prioridades de Investimento:

(ALT20-06-2016-18) 4.5 - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de território, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação;

(ALT20-16-2016-19) 6.5 - Adopção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução do ruído;

(ALT20-43-2016-20) 9.8 - A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas e zonas urbanas e rurais

1. Preâmbulo

Na sequência da aprovação dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU), apresentados para os centros urbanos regionais e centros urbanos estruturantes, encontram-se criadas condições para acolher operações enquadráveis nas prioridades de investimento 4.5 (4e), 6.5 (6e) e 9.8 (9b) do Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020 (POR).

No âmbito dos PEDUS aprovados, e para cada uma daquelas PI, foram aprovados os seguintes planos:

- i) Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS);
- ii) Plano de Ação para a Regeneração urbana (PARU);
- iii) Plano de ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD).

O artigo 16º das regras gerais de aplicação dos programas operacionais financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento, aprovadas pelo Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo

Decreto-Lei nº 215/2015, de 6 de outubro, estipula que as candidaturas são apresentadas no âmbito de um procedimento concursal, cujos termos são divulgados através do Portal Portugal 2020 (www.Portugal2020.pt).

Assim, o presente Aviso para Apresentação de Candidaturas (AAC), por concurso, foi elaborado nos termos do previsto nos n.º 6 e 7 do artigo 16.º do **Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro e as candidaturas regem-se pela Secção 9 – “Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável” e da Secção 18 – “Reabilitação e qualidade do ambiente urbano”, do Capítulo II do Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (RE SEUR), publicado pela Portaria nº.57-B/2015, de 27 fevereiro, alterada pela Portaria nº. 404-A/2015, de 18 novembro, e no âmbito do Capítulo X – “Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais” do Domínio da Inclusão Social e Emprego (RE ISE), publicado na Portaria nº. 97-A/2015, de 30 de Março e pelas condicionantes previstas nas Prioridades de Investimento 4.5, 6.5 e 9.8 do Eixo 4 do Programa Operacional da Região Alentejo.

2. Objeto, objetivos e prioridades visadas

O presente aviso tem como objetivo o lançamento de concurso para a seleção de operações enquadradas no âmbito dos PEDU aprovados e nas seguintes prioridades de investimento mobilizadas:

Prioridade de Investimento 4.5 (4e) – Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação

Esta prioridade está incluída no Eixo Prioritário 4 – Desenvolvimento Urbano Sustentável, estando associado ao objetivo temático 4 – Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores.

O POR define ainda que o objetivo específico desta prioridade de investimento é apoiar a mobilidade urbana sustentável e a descarbonização em centros urbanos de nível superior.

Por sua vez, na seção 9 do RE SEUR, o artigo 65º estabelece que os apoios têm como objetivo específico “o desenvolvimento de planos de mobilidade e intervenções na área da mobilidade sustentável, para a promoção da eficiência energética, tendo por objetivo a redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) e a promoção da competitividade dos transportes públicos face ao transporte individual”.

Prioridade de Investimento 6.5 (6e) - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído

Esta prioridade está incluída no Eixo Prioritário 4 – Desenvolvimento Urbano Sustentável, estando associado ao objetivo temático 6 – Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos do POR.

O POR define ainda que o objetivo específico desta prioridade de investimento é promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística dos centros urbanos de nível superior.

Por sua vez, na seção 18 do RESEUR, relativa à reabilitação e qualidade do ambiente urbano, o artigo 119º estabelece que os apoios têm como objetivo específico a melhoria do ambiente urbano através da revitalização das cidades, em especial nos centros urbanos, por via da reabilitação física do edificado destinado a habitação, comércio, serviços, equipamentos de utilização coletiva e do espaço público envolvente, da qualificação ambiental e urbanística das áreas industriais abandonadas, bem como da redução da poluição do ar e do ruído

Prioridade de Investimento 9.8 (9b) - A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais

Esta prioridade está incluída no Eixo Prioritário 4 – Desenvolvimento Urbano Sustentável, estando associado ao objetivo temático 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza.

O POR define ainda que o objetivo específico consiste em conceder apoios financeiros a operações que contribuam para promover a inclusão social em territórios urbanos desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social.

As operações previstas na Prioridade de investimento (PI 9.8) e mencionada no artigo 262º do REISE têm como objetivo a regeneração física, económica e social de áreas carenciadas, incluindo bairros sociais ou conjuntos urbanos similares desfavorecidos onde residem comunidades desfavorecidas e respetivos equipamentos de utilização coletiva para a promoção da inclusão social.

3. Tipologia das operações

3.1 - São suscetíveis de apoio no âmbito do presente Aviso de Concurso, as intervenções que correspondam a operações enquadradas nos PEDU aprovado e que se enquadrem nas tipologias de investimento abrangidas pelas seguintes prioridades de investimento mobilizadas pelos referidos PEDU:

Prioridade de investimento 4.5 (4e) – Mobilidade Urbana – PAMUS (artigo 66º do RE SEUR)

- a) Construção de ciclovias ou vias pedonais, excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas;
- b) Melhoria das soluções de bilhética integrada;
- c) Investimentos em equipamento de sistemas inteligentes de controlo de tráfego rodoviário, quando comprovado o relevante contributo para a redução de GEE;
- d) Melhoria da rede de interfaces de transportes urbanos públicos coletivos, tendo em especial atenção a qualidade do serviço prestado, as suas acessibilidades aos peões e bicicletas, a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território;
- e) Ações que reduzam as emissões de gases de efeitos de estufa em zonas de elevadas concentrações;
- f) Estruturação de corredores urbanos de procura elevada, nomeadamente, priorizando o acesso à infraestrutura por parte dos transportes públicos e dos modos suaves, criando nomeadamente corredores específicos “em sítio próprio”;
- g) Adoção de sistemas de informação aos utilizadores em tempo real;
- h) Desenvolvimento e aquisição de equipamento para sistemas de gestão e informação para soluções inovadoras e experimentais de transporte, adequadas à articulação entre os territórios urbanos e os territórios de baixa densidade populacional, incluindo para as soluções flexíveis de transporte com utilização de formas de energia menos poluentes.

Prioridade de investimento 6.5 (6e) – Regeneração Urbana – PARU (artigo 121º do RE SEUR)

- a) Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamentos de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2, determinado nos termos do estabelecido pelo Decreto -Lei n.º 266 -B/2012, de 31 de dezembro.
- b) Reabilitação de espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente em curso ou concluídas há 5 anos ou menos, podendo envolver a demolição de edifícios para criação de espaço público e a recuperação e expansão de infraestruturas verdes.
- c) Reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas com vista à sua reconversão, destinadas às tipologias de uso referidas nas alíneas anteriores.

Prioridade de investimento 9.8 (9b) – Comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais – PAICD (artigo 261º do RE ISE)

a) Reabilitação integral de edifícios de habitação social ou de edifícios devolutos, destinados a este tipo de habitação, ocupados maioritariamente por habitação, que tenham idade superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a dois, determinado nos termos do estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, podendo integrar espaço para equipamentos, comércio, serviços ou atividades complementares da habitação, como estacionamento ou arrecadações.

b) Reabilitação de espaço público, visando nomeadamente a sua requalificação, segurança, prevenção de comportamentos ilícitos, resiliência, melhoria do ambiente urbano, desde que seja envolvente a edifícios de habitação social ou cuja intervenção esteja incluída numa operação integrada de regeneração de um bairro de habitação social.

c) Reabilitação ou reconversão de equipamentos de utilização coletiva, em que sejam exercidas atividades e serviços de âmbito social destinados a crianças, jovens, pessoas idosas ou pessoas com deficiência e incapacidades, bem como os destinados à prevenção e reparação das situações de carência, de disfunção e de marginalização social, nomeadamente as respostas sociais: Serviço de Apoio Domiciliário, Centros de Atividades Ocupacionais e Centros de Atividades para apoio escolar.

3.2 – No caso das tipologias mobilizadas pelas prioridades de investimento 4.5 e 6.5, as candidaturas são apresentadas individualmente por cada uma das entidades beneficiárias previstas no ponto 4.

No caso das tipologias mobilizadas pela prioridade de investimento 9.8, podem ser submetidas candidaturas nas seguintes modalidades: individual ou em parceria. Em caso de parceria devem as entidades beneficiárias designar um líder que assume, perante a Autoridade de Gestão, a função de coordenador técnico e de interlocutor, conforme número 2, do artigo 265º do RE ISE.

4. Natureza dos beneficiários

Podem apresentar candidaturas, em função da tipologia de investimento e do estabelecido no respetivo regulamento específico, os seguintes beneficiários:

a) Administração Pública direta ou indireta;

b) Outras pessoas coletivas de direito público e privado desde que envolvam a realização de parcerias entre agentes públicos e privados;

- c) Fundações e associações sem fins lucrativos;
- d) Autarquias locais e suas associações;
- e) As entidades do setor empresarial do Estado e do setor empresarial local;
- f) Organizações Não Governamentais.

5. Critérios de elegibilidade dos beneficiários

5.1 - Nos termos do art.º 13º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, os beneficiários devem assegurar o cumprimento dos seguintes critérios de elegibilidade:

- i) Estarem legalmente constituídos;
- ii) Terem a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a verificar até ao momento da assinatura do termo de aceitação;
- iii) Poderem legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO e pela tipologia das operações e investimentos a que se candidatam;
- iv) Possuírem, ou poderem assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- v) Terem a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEL;
- vi) Apresentarem uma situação económico – financeira equilibrada ou demonstrarem ter capacidade de financiamento da operação;
- vii) Não terem apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

5.2 - Os beneficiários identificados no número 4 têm de se encontrar integrados nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PEDUS) aprovados.

5.3 - Para além dos critérios de elegibilidade previstos nos artigos 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de Outubro, são ainda exigíveis, no âmbito do presente AAC, os critérios de elegibilidade dos beneficiários previstos nos regulamentos específicos:

- Prioridade investimento 4.5 (4e) – Mobilidade Urbana: artigo 6º do RE SEUR;
- Prioridade investimento 6.5 (6e) – Regeneração urbana: artigo 6º do RE SEUR;
- Prioridade investimento 9.8 (9b) – Comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais: artigos 4º. do RE ISE .

6. Área geográfica

O presente aviso de concurso tem aplicação na NUT II da Região Alentejo, especificamente nas áreas de intervenção definidas nos PEDU e respetivos PAMUS, PARU e PAICD.

7. Critérios de elegibilidade das Operações

7.1 - Aplicam-se ao presente aviso as condições de acesso previstas nos artigos 13º e 14º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 outubro, bem como os critérios de elegibilidade das operações definidos na respetiva regulamentação específica:

- Prioridade investimento 4.5 (4e) – Mobilidade Urbana: artigo 5º do RE SEUR;
- Prioridade investimento 6.5 (6e) – Regeneração urbana: artigo 5º do RE SEUR;
- Prioridade investimento 9.8 (9b) – Comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais: artigo 264º. do RE ISE .

7.2 - Constituem ainda como critérios de elegibilidade das operações:

- a) Estarem inscritas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PEDUS) aprovado na componente do PAMUS, PARU ou PAICD;
- b) Sejam objeto de uma caracterização técnica e de um orçamento suficientemente detalhados e fundamentados, com uma estrutura de custos adequada aos objetivos visados, e que incluam indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o grau de execução da operação e os progressos realizados;
- c) Nos projetos em parceria, apenas são suscetíveis de apoio os projetos suportados num acordo entre todos os parceiros, que identifiquem um líder para a operação, as atividades respeitantes a cada parceiro, o respetivo orçamento individualizado, o orçamento global, os indicadores de realização e resultados por beneficiário;
- d) Cumpram as orientações e normas técnicas aplicáveis à tipologia de operação;
- e) Possuírem a totalidade dos documentos constantes do Anexo I;
- f) Demonstrar grau de maturidade mínimo, dos investimentos a candidatar, tendo por referência a componente principal do investimento:
 - i. No caso de infraestruturas, comprovado pela apresentação do projeto técnico de execução (arquitetura e especialidades) aprovados, demonstrando que estão em condições de lançar o procedimento concursal assim que a candidatura for aprovada, nos termos do Código dos Contratos Públicos;

- ii. Nos restantes casos, comprovado pela apresentação de evidência de aprovação dos respetivos requisitos técnicos, termos de referência, calendário de realização e orçamento;
 - g) Após aprovação da candidatura, o beneficiário terá 30 dias para demonstrar o início de abertura do procedimento de contratação pública, através da apresentação da decisão do órgão competente, acompanhada da respetiva informação técnica, sob pena da candidatura ser considerada desistida;
 - h) No caso da PI 9.8 (9b) quando as operações integrem intervenções de reabilitação ou reconversão em equipamentos sociais que determinem a reconversão/criação de novas respostas sociais, ou o alargamento da capacidade das respostas sociais instalada existentes, o parecer referido na alínea h) do artigo 264.º do RE ISE incide designadamente sobre a pertinência das necessidades locais, correspondendo o parecer, quando favorável, ao documento comprovativo que assegura a revisão ou a celebração do protocolo de cooperação, previsto na Deliberação n.º 46/2015 da CIC, de 20 de maio de 2015.
- 7.3** As operações não podem ser selecionadas, para apoio dos FEEI, quando tenham sido materialmente concluídas ou totalmente executadas antes da apresentação do pedido de financiamento ao abrigo do programa, pelo beneficiário, à autoridade de gestão, independentemente de todos os pagamentos correspondentes terem sido efetuados pelo beneficiário (artigo 65º do Regulamento (UE) n.º. 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro);

8. Regras e limites à elegibilidade de despesas

Aplicam-se ao presente aviso as regras e limites de elegibilidade das despesas resultantes dos custos reais incorridos com a realização da operação que respeitem a regulamentação comunitária aplicável, artigo 15º do Decreto-Lei nº. 159/2014, de 27 outubro, bem como as definidas na respetiva regulamentação específica:

- Prioridade investimento 4.5 (4e) – Mobilidade Urbana: artigo 7º do RE SEUR;
- Prioridade investimento 6.5 (6e) – Regeneração urbana: artigos 7º e 124º do RE SEUR;
- Prioridade investimento 9.8 (9b) – Comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais: artigos 6º e 267º. do RE ISE .

Devem ainda observar o seguinte:

- a) No presente AAC são elegíveis a cofinanciamento as despesas incorridas pelos beneficiários desde 01/01/2014, conferidas pelas datas das respetivas faturas ou dos documentos de valor probatório equivalente;

- b) Para além da avaliação que, em cada caso, a autoridade e Gestão venha a efetuar sobre o correto enquadramento das despesas elegíveis nas diversas componentes das operações, na apreciação dessas despesas será ainda considerada a análise da oportunidade, razoabilidade e adequação dos custos envolvidos em relação aos resultados esperados;
- c) No caso de projetos geradores de receita líquida, a despesa elegível de uma operação com custo total igual ou superior a 1 milhão de euros, é reduzida antecipadamente, tendo em conta o potencial da operação para gerar receita líquida ao longo de um determinado período de referência, que abrange tanto a execução da operação como o período após a sua conclusão, nos termos do disposto no artigo 19º. Do Decreto-Lei nº. 59/2014, de 27 outubro, conforme o disposto no artigo 61º do Regulamento (EU) nº. 1303/2013, de Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Dezembro.

9. Critérios de seleção de candidaturas

As candidaturas são avaliadas com base no seu mérito absoluto, definido com base em critérios de seleção, de acordo com o artigo 17º do Decreto-Lei nº. 159/2014, de 27 outubro e com o artigo 9º. do RE SEUR, para as intervenções no âmbito das prioridades de investimento 4.5 (4e) e 6.5 (6e), e com o artigo 11º do RE ISE, para as intervenções no âmbito da prioridade de investimento 9.8 (9b).

O indicador absoluto de Mérito do Projeto (MP) resulta da soma ponderada dos critérios de seleção, previamente aprovados pelo Comité de Acompanhamento do PO Alentejo.

Conjuntamente com o presente AAC é disponibilizado o Referencial de Análise do Mérito da Operação (Anexo III).

O MP é calculado com base nas seguintes fórmulas associadas a cada uma das tipologias:

PI	Tipologia de Operações	Avaliação Mérito da Operação
4.5	Construção de ciclovias ou vias pedonais [...] Zonas de Baixas Emissões, concretamente Tipologia 4.5.1 e 4.5.7	$0,20 A1 + 0,15 A2 + 0,10 A3 + 0,15 A4 + 0,20 C + 0,20 D$
	Aplicações de Sistemas de Transporte Inteligentes, concretamente Tipologias 4.5.3 e 4.5.5 e 4.5.6	$0,20 A1 + 0,10 A + 0,10 A3 + 0,20 A4 + 0,20 C + 0,20 D$
	Transportes Públicos de Passageiros, concretamente Tipologias 4.5.2 e 4.5.4	$0,20 A1 + 0,10 A2 + 0,10 A3 + 0,20 A4 + 0,20 C + 0,20 D$
6.5	Reabilitação integral de edifícios, Reabilitação de espaço público, Reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas, concretamente Tipologias 6.5.1, 6.5.2 e 6.5.3	$0,20 A1 + 0,20 A2 + 0,10 A3 + 0,25 C1 + 0,25 C2$
	Estudos e apoios à aquisição de equipa/os associados à	$0,25 A1 + 0,25 A2 + 0,20 C + 0,30 D$

	melhoria da qualidade do ar e à redução do ruído e à qualidade de vida em meio urbano, concretamente Tipologias 6.5.4	
9.8	Reabilitação integral de edifícios, Reabilitação de espaço público, Reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas	$0,15 A1 + 0,15 A2 + 0,15 A3 + 0,15 B1 + 0,10 B2 + 0,25 D1 + 0,05 E$

Cada critério de seleção é classificado numa escala de 1 a 5 pontos, em que 5 representa uma valoração muito elevada, 3 uma valoração média e 2 uma valoração reduzida, sendo o resultado do MO arredondado à centésima. Sempre que os elementos disponibilizados pelo beneficiário não permitam classificar de forma fundamentada um determinado critério, será atribuída a pontuação de 1, correspondente a uma valoração muito reduzida.

Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis as candidaturas que obtenham uma pontuação de mérito absoluto igual ou superior a 3.

10. Taxa de financiamento das despesas elegíveis

A taxa máxima de cofinanciamento FEDER aplicável a cada operação a apoiar no âmbito do presente Aviso é de 85% das despesas elegíveis, de acordo com o artigo 8º do Regulamento Específico “Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos” e do artigo 5º do Regulamento Específico “Inclusão Social e Emprego”, salvo se outra resultar da aplicação das normas em vigor em matéria de auxílios de Estado e/ou de operações geradoras de receitas.

11. Forma de apoio

Os apoios a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente aviso assumem a forma não reembolsável.

12. Duração das operações

O prazo máximo de execução das operações é de 2 anos (24 meses) a contar da assinatura do Termo de Aceitação. Exceção-se do cumprimento deste prazo as situações que possuam outro prazo de execução no PEDU, identificado no respetivo quadro de compromissos.

13. Apresentação das candidaturas

a) A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no Balcão 2020 (www.portugal2020.pt/Balcao2020), de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei nº159/2014, de 27 outubro e nos termos e condições fixadas no presente AAC.

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

Na submissão da candidatura a entidade beneficiária deverá selecionar o formulário correspondente ao AAC a que pretende concorrer. O formulário de candidatura deverá ser preenchido de acordo com o “Manual de Submissão de Candidaturas” do Balcão 2020;

b) A candidatura deverá ser instruída com a documentação obrigatória constante do Anexo II a este aviso, não sendo como tal aceite a sua apresentação por qualquer outra via. Os documentos assinalados como “obrigatórios” são condição *sine qua non* de elegibilidade/ admissibilidade, não podendo ser supridos posteriormente por via da apresentação de elementos adicionais;

d) Ao abrigo deste AAC, o prazo para a apresentação de candidaturas decorre entre o dia útil seguinte à data de publicação do presente Aviso e as 17:59:59 horas do dia **29 de dezembro de 2017**, com fases de corte mensais, sendo a 1ª a 30 de junho de 2016.

A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário no Balcão 2020.

14. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

A apresentação de candidaturas será efetuada em contínuo até 31.05.2017. A respetiva decisão será efetuada por fases, com corte mensais, com prazos de decisão de 45 dias úteis, com exceção da primeira fase de corte que termina a 30 de junho, cuja decisão será em 22 dias úteis.

As candidaturas são analisadas e selecionadas de acordo com os critérios de elegibilidade e os critérios de seleção previstos no presente AAC.

A decisão fundamentada sobre o financiamento a atribuir às candidaturas apresentadas é proferida pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Alentejo até 45 dias úteis após a sua

submissão, com exceção das candidaturas rececionadas até 30 de junho de 2016, as quais serão decididas num prazo máximo de 22 dias úteis.

A decisão proferida pela autoridade de gestão é notificada ao beneficiário nos termos do disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 215/2015, de 6 de outubro

O prazo máximo para a decisão das candidaturas ser proferida de 45 dias úteis, ou 22 dias úteis no caso das candidaturas rececionadas pela autoridade de gestão até 30 de junho, não contempla a eventual suspensão de prazo para a apresentação de esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez, e a resposta no âmbito do processo de audiência prévia de interessados.

A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, significará a desistência da candidatura.

Os candidatos são ouvidos no procedimento de audiência prévia, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

As propostas de decisão das candidaturas, relativamente às quais tenham sido apresentadas alegações em contrário, são reapreciadas sendo proferida a respetiva decisão final no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da apresentação da alegação (a referida reapreciação inclui análise, decisão e nova audiência prévia, se aplicável).

A decisão é notificada pela Autoridade de Gestão ao beneficiário no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão.

15. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do cofinanciamento é feita mediante a assinatura do termo de aceitação ou contrato, nos termos do do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 215/2015, de 6 de outubro. De acordo com este artigo, a aceitação do apoio poderá ser submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º do referido Decreto-Lei.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da sua notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao candidato e aceite pela Autoridade de Gestão.

16. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação indicativa do Fundo FEDER afeta a cada prioridade de investimento, no âmbito do presente aviso de concurso é a seguinte:

Unid: mil €

	PI 4.5	PI 6.5	PI 9.8	Total
POR Alentejo	23.774	68.889	11.324	103.987

Poderá ser admitida, a título excecional, a flexibilidade na distribuição de verbas entre as diversas prioridades de investimento a nível de cada município, desde que tal possibilidade não tenha sido exercida na fase de negociação do respetivo PEDU.

Estes valores encontram-se deduzidos da reserva de desempenho definida ao nível do eixo do PO (6%). Essa reserva será atribuída em função de:

- (i) Nível de compromisso financeiro que venha a ser assumido;
- (ii) Concretização da respetiva programação no que respeita a indicadores de execução financeira, de realização e respetivas etapas de execução;
- (iii) Estabelecido no nº 10 do artigo 65º do DL nº 137/2014, de 12 de setembro para os casos de incumprimento;
- (iv) Disposições que vierem a ser estabelecidas pela Autoridade de Gestão, nomeadamente na sequência da realização das avaliações previstas no Plano de Avaliação do Alentejo 2020.

17. Identificação dos indicadores de resultados e de realização a alcançar

As candidaturas a financiar deverão contribuir para os seguintes indicadores de realização previsto no PO Alentejo, para o Eixo 4 – Desenvolvimento Urbano Sustentável:

- **Prioridade de Investimento 4.5:**

Indicadores de realização		Indicadores de resultado	
Designação	Meta 2023	Designação	Meta 2023
Número projetos de mobilidade urbana aprovados (nº)	25	Emissão estimada dos gases com efeito estufa (Ton co2)	1.210.129,00

- **Prioridade de Investimento 6.5**

Indicadores de realização		Indicadores de resultado	
Designação	Meta 2023	Designação	Meta 2023
Desenvolvimento urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m2);	217.509,00	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano	>=2
Desenvolvimento urbano: Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m2)	36.252,00		
Desenvolvimento urbano: Habitações reabilitadas em áreas urbanas (m2)	593,00		

- **Prioridade de Investimento 9.8**

Indicadores de realização		Indicadores de resultado	
Designação	Meta 2023	Designação	Meta 2023
Desenvolvimento urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m2);	12.703,00	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção	>=2
Desenvolvimento urbano: Habitações reabilitadas em áreas urbanas (m2)	141,00		

Estes indicadores serão objeto de contratualização e monitorização para as candidaturas a apoiar no âmbito deste visto concurso.

18. Organismos Intermédios responsáveis pela análise

O cumprimento das condições específicas atrás referidas é apurado pela Autoridade de Gestão, tendo em conta a informação constante da candidatura à data da sua submissão, ou pelas Autoridades Urbanas, no âmbito de delegação de competências.

19. Documentação de referência

Legislação:

- a) Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 215/2015, de 6 de outubro
- b) Portaria nº. 57-B/2015, de 27 fevereiro, alterada pela Portaria nº. 404-A/2015, de 18 novembro;
- c) Portaria nº. Portaria nº. 97-A-B/2015, de 30 março;
- d) Regulamento (EU) nº. 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 dezembro.

Outra documentação relevante:

- a) Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU);
- b) Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS);
- c) Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU);
- d) Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD).

20. Divulgação de resultados e pontos de contacto

No portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt), têm acesso:

- a) As outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora;
- b) Aviso de Concurso e documentação anexa;
- c) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso, através do menu **"Contacte-nos"**;
- d) A ponto de contacto para obter informações adicionais (www.alentejo.portugal2020.pt)

31 de maio 2016

Roberto Pereira Grilo

Presidente da Comissão Diretiva Alentejo 2020

(em regime de substituição)



Anexos ao presente Aviso de Concurso:

Anexo I – Centros Urbanos Regionais e Centros Urbanos Estruturantes;

Anexo II – Listagem documentação a submeter;

Anexo III – Referencial de Análise de Mérito da Operação;

- Anexo III.a) prioridade investimento 4.5
- Anexo III.b) prioridade de investimento 6.5
- Anexo III.c) prioridade investimento 9.8

Anexo I

Centros Urbanos Regionais e Centros Urbanos Estruturantes a que se refere o nº.2 do artigo 120º do Regulamento Específico “Domínio da Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos”, aprovado pela Portaria nº.57-B/2015, de 27 fevereiro, alterada pela Portaria nº.404-A/2015, de 18 novembro e nº.2 do presente Aviso de Concurso

Alto Alentejo:

Portalegre, Elvas, Campo Maior, Ponte Sôr e Nisa

Alentejo Central:

Évora, Montemor-o-Novo, Estremoz, Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas

Baixo Alentejo:

Beja, Castro Verde, Aljustrel, Serpa e Moura

Alentejo Litoral:

Sines, Santiago do Cacém/Santo André, Alcácer do Sal, Grândola e Odemira

Lezíria do Tejo:

Santarém, Almeirim, Benavente, Coruche, Cartaxo e Rio Maior

Anexo II – Documentação obrigatória para instrução da candidatura

1. Memória descritiva e justificativa que inclua:
 - a. Enquadramento na(s) tipologia(s) de investimento prevista(s) no aviso de concurso.
 - b. Descrição detalhada da candidatura, dos seus objetivos e da necessidade e oportunidade da realização da operação.
 - c. Calendário de realização física e financeira.
 - d. Identificação e justificação dos Indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da candidatura para os respetivos objetivos.
 - e. Caracterização técnica e fundamentação de cada componente de investimento, incluindo cálculos justificativos do apuramento do investimento elegível e não elegível propostos e a respetiva calendarização de realização física e financeira. Deverá ainda ser enviada a mesma informação em ficheiro excel editável.
 - f. Justificação detalhada da correspondência entre os valores propostos para as componentes e as ações, e respetivos procedimentos contratuais. Deverá ainda ser enviada a mesma informação em ficheiro excel editável.
 - g. Grau de maturidade das componentes de investimento.
 - h. Sustentabilidade da candidatura após realização do investimento.
 - i. Plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, de acordo com a alínea l) do artigo 5º do RE SEUR.
2. Planta de localização e delimitação da área de intervenção proposta, a uma escala adequada e devidamente legendada.
3. Projeto de execução (peças escritas e desenhadas) de cada uma das empreitadas, devidamente aprovado.
4. Informação técnica detalhada dos serviços camarários, nos termos do RJUE, que comprove a observância da operação urbanística com as normas legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis, designadamente as constantes de instrumento de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição, e as normas técnicas de construção, acompanhada do extrato das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM, identificando a área de intervenção da candidatura.
5. Pareceres/licenças emitidos (caso aplicável) pelas entidades competentes no âmbito de:
 - a. Instrumentos de Gestão Territorial e restrições de utilidade pública.

- b. Domínio Hídrico.
 - c. Avaliação de Impacte Ambiental.
 - d. Pareceres setoriais (exemplo: Instituto de Mobilidade e Transportes, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Direção-Geral do património Cultural, Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, Direção-Geral da Saúde, Direção Regional de Cultura do Alentejo, etc).
 - e. Outra documentação específica decorrente do aviso.
 - f. Parecer de entidade externa competente que fundamenta a exceção à necessidade de pareceres técnicos e licenciamentos, autorizações e obrigações legalmente exigidas.
-
- 6. Estatutos da entidade promotora aprovados e publicitados (quando aplicável – não aplicável aos projetos cujo promotor é o Município).
 - 7. Documento de formalização da parceria ou protocolo (quando aplicável).
 - 8. Documentação comprovativa da propriedade ou legitimidade para intervenção nos terrenos ou edifícios necessários à concretização da candidatura (incluindo planta com a identificação das respetivas parcelas).
 - 9. Modelo de gestão das infraestruturas previstas na candidatura, onde seja evidenciada a tipologia de exploração dos espaços e/ou equipamentos (concessão, arrendamento, venda, etc.), como e quem será responsável pela manutenção e conservação do espaços e/ou equipamentos, bem como, a indicação/justificação dos custos e receitas associados.
 - 10. No caso dos projetos geradores de receitas, demonstração do cumprimento das normas comunitárias e nacionais aplicáveis, nomeadamente o previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de Outubro, conforme orientação ou norma específica do Programa Operacional.
 - 11. Comprovativo do enquadramento do beneficiário em termos de IVA.
 - 12. Contributo para a fundamentação da análise de mérito, atendendo aos critérios de seleção constantes do presente aviso.
 - 13. Comprovativo da inscrição em Plano e Orçamento aprovado e devidamente assinado da totalidade dos investimentos propostos.
 - 14. Declarações de compromisso do órgão competente da entidade, em como assegura o cumprimento das orientações e normas técnicas aplicáveis decorrentes do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 215/2015, de 6 de outubro e do RE SEUR.
 - 15. No caso de despesas inerentes à aquisição de imóveis que se revelem imprescindíveis, deverá ser apresentada a seguinte documentação comprovativa:
 - a. Relação direta entre o imóvel e os objetivos da operação, só podendo ser utilizados em conformidade com os objetivos da operação em causa.
 - b. Declaração de um avaliador independente e acreditado ou de um organismo oficial devidamente autorizado para o efeito, que certifique que o custo não excede o valor do mercado, que o bem

está em conformidade com a legislação nacional ou, que especifique os pontos que, não estando conformes, devem ser retificados pelo beneficiário final no âmbito da operação.

16. Nos sete anos precedentes, o custo do imóvel não ter sido objeto de ajuda de subvenções nacionais ou comunitárias.
17. Avaliação dos riscos associados à operação, designadamente de carácter financeiro ou de execução, nomeadamente os associados à existência de achados arqueológicos na área de incidência.
18. Declaração de compromisso, assinada por que possa vincular a Entidade, que ateste o cumprimento do previsto no PEDU, bem como nas orientações e recomendações contidas nos pareceres da Autoridade de Gestão referentes ao mesmo.



Anexo III – Referencial de Análise de Mérito